

- CASO/NOME DO USUÁRIO: JAMERSON FERREIRA DE ALMEIDA
- IDADE: 30 anos
- DATA EM QUE OCORREU: 5 /3 /2 00 4
- LOCAL DA VIOLÊNCIA: Sanatório Recife
- CIDADE/ESTADO: Recife – PE
- DENÚNCIA: Este falecimento aconteceu em condições semelhantes ao do Sr. José

Fernandes Xavier: asfixia por enforcamento. No decorrer da visitação, foi mencionado o óbito de Jamerson Ferreira de Almeida, 30 anos, ocorrido naquela madrugada (05.03.04) quando, até então, se falava, apenas, do óbito ocorrido em outubro de 2003. O psiquiatra, Dr. Rui Souza Ribeiro, encarregado de acompanhar Jamerson, declarou-se surpreso com o suposto suicídio, pois "o paciente vinha estabilizado e não estava com intercorrência clínica". Acrescentou, ainda, que naquele momento, no pavilhão, não havia qualquer paciente que oferecesse risco para os demais.

- CONTEXTO: A comissão foi recebida no Sanatório Recife pela Diretora Administrativa Sra. Martha Monte, que não apresentou resistência na recepção. O ambiente foi encontrado limpo, os usuários higienizados, as camas arrumadas e, em alguns setores, os funcionários ainda trabalhavam na limpeza. Durante a entrevista com a Diretora foi questionado sobre o funcionamento da instituição, enquanto projeto terapêutico, quadro funcional e número de usuários. A Comissão foi informada que o quadro funcional do Sanatório foi reduzido, não havendo, atualmente, nenhum profissional de Psicologia, Terapia Ocupacional e sem enfermagem no período noturno. Consta na equipe somente 02 (duas) assistentes sociais, 01 (uma) enfermeira, que trabalha no turno diurno, mas no momento da visita estava ausente, e 04 (quatro) médicos. Em outubro de 2003 foram demitidos 10 (dez) profissionais por escassez de recursos para atender às exigências da portaria 224. Segundo informações da Sra. Martha Monte não há atraso no recebimento dos recursos públicos, mas os responsáveis pelo hospital consideram insuficiente o montante de R\$28,48 por dia/paciente, ou seja, R\$854,40 por mês/paciente. Não foi encontrado nos prontuários e nem apresentado pela instituição qualquer projeto terapêutico individual ou institucional. A respeito do ambiente físico, foi possível constatar instalações que não oferecem segurança mínima aos usuários, com a existência, por exemplo, de escadas sem proteção e acessíveis a idosos e portadores de transtornos neurológicos. Além disso, havia corredores de pavilhões estreitos, escuros e extensos, favorecendo o isolamento dos internos. Nas abordagens, junto aos usuários, foi percebido que o tempo de permanência, geralmente, ultrapassa o período de 30-45 dias, o que pôde ser confirmado quando do exame dos prontuários, na última etapa da visita. Além disso, foi constatada a permanência de internos alcoolistas, usuários com déficit cognitivos e distúrbios neurológicos, demonstrando estarem compensados do quadro psiquiátrico. Os profissionais encontrados na ocasião da visita referiram que uma parte dos internos estava ali muito mais por questões sociais ou econômicas do que por questões de saúde mental. Procuraram justificar, também, que a situação deficitária daquele Sanatório é "regra geral nos hospitais da cidade" (sic).

- CONSEQUÊNCIAS: A Comissão que realizou vistoria no hospital dirigiu-se ao Conselho Regional de Psicologia para, em reunião com a imprensa, denunciar as péssimas condições oferecidas à população necessitada de tratamento psiquiátrico. O grupo concluiu ser indispensável a convocação de uma reunião das Comissões Nacionais de Direitos Humanos para agendar um encontro com o Ministro da Saúde, Sr.

Humberto Costa. A Comissão procurou o Ministério Público de Pernambuco, sendo recebida pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Sales de Albuquerque, acompanhado dos Procuradores Dr. Westei Conde y Martin Júnior e Dra. Maria Ivana Botelho Vieira. A reunião marcou o início de uma parceria entre os profissionais da saúde, as entidades ali representadas e os parlamentares presentes, por um lado, e do outro, o Ministério Público. Percebeu-se a necessidade de: aprofundar a discussão sobre a reforma psiquiátrica com os gestores municipais, elaborar um dossiê sobre a rede de hospitais psiquiátricos de Pernambuco e a realização de um "censo clínico". Ao mesmo tempo, torna-se indispensável a organização de uma série de visitas às